

TRT6 promove workshop sobre Metas Prioritárias do Judiciário

Promovido pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6, o workshop sobre as Metas Prioritárias do Judiciário para o ano de 2010 mobilizou magistrados e servidores deste Regional, nos dias 27 e 28 de maio, no auditório da SUDENE. Entre os palestrantes, o juiz da 10ª Região e ex-secretário geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rubens Curado, ressaltou a importância do Planejamento Estratégico para o



bom gerenciamento de instituições públicas e empresas privadas. Curado ressaltou ainda que, tão importante quanto o alcance das

metas instituídas pelo CNJ com base nas demandas dos Tribunais, é o aprendizado institucional delas decorrente. (Página 07)

Joaquim Nabuco é lembrado na festa das medalhas

Como já é tradição no TRT6, a entrega das medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria mérito judiciário, e juiz Eurico de Castro Chaves Filho, categoria mérito funcional, aconteceu no dia 13 de maio, em uma homenagem à liberdade e à justiça no dia em que se comemora a Abolição da Escravatura. Este



Homenagem a Joaquim Nabuco
Centenário de Morte

ano, a cerimônia foi integrada às comemorações pelos 64 anos do Tribunal Trabalhista de Pernambuco, e lembrou o centenário de morte do abolicionista Joaquim Nabuco. (Páginas 4 e 5)

Ações articuladas para cumprimento da Meta 6 do CNJ

Página 6

Programa para prevenir e tratar transtornos mentais

Página 8

A dignidade da pessoa humana é uma questão de toda a sociedade

Nos dias atuais, afastados que estamos da chaga da escravidão um século e mais de duas dezenas de anos, não precisamos, óbvio, ir à praça e às tribunas oficiais pugnar pelo fim de um regime escravocrata, como o fez com proeminência Joaquim Nabuco; nem precisamos portar como bandeira ideológica os comoventes versos de Castro Alves, libelo inscrito na história contra a subjugação dos negros.

Outros são já os nossos desafios, mas há um grande equívoco se imaginamos menores e menos complexos os desafios atuais. E todos se acham sustentados na dignidade da pessoa humana.

Assim, quando discutimos erradicação do trabalho infantil, fim do trabalho escravo, proibição de atividades penosas e degradantes, direito do consumidor ou preservação do meio ambiente, estamos na verdade concorrendo para a dignidade da pessoa humana.

Um dos compromissos de nossa época, para os que pugnamos pela dignidade da pessoa humana, é identificar as forças que se opõem a essa ideologia do homem livre, para podermos combatê-las. Se, séculos antes, o protótipo dos opositores à liberdade era o senhor do engenho com sua senzala amontoadas de almas, com seus instrumentos e métodos de tortura, atualmente essas forças não se deixam diagnosticar assim tão fácil.

Aliás, neste ano de 2010, quando celebramos o centenário de morte de Nabuco, uma pergunta elucidativa para nossa condução como cidadãos do século XXI: A que causas exatamente serviriam hoje a esplêndida retórica e a destemida ação de Joaquim Nabuco?

Fechada a chaga da escravidão, permanecem perceptíveis as cicatrizes. Os conflitos agrários, os indicadores sociais dos afrodescendentes, a persistência do trabalho em condições análogas ao escravo, a intimidação para que os empregados não pleiteiem seus direitos na Justiça, têm todos sua origem no passado de um país escravocrata.

Não podemos apenas considerar friamente os fatos históricos, como se não possuíssemos responsabilidade na transformação de consequências danosas a camadas da população, o que acaba inevitavelmente se refletindo na estrutura macrossocial.

Inspirados no legado intelectual e na ação do admirável Joaquim Nabuco, precisamos, todos nós, defensores da dignidade da pessoa humana e do aperfeiçoamento da Justiça, travar a luta de abolicionista de nosso tempo, combatendo as formas de escravidão que tomam feições complexas nos dias atuais, para que a sociedade siga rumo ao estágio de harmonia plena e perfeição civilizatória.



Eneida Melo
Presidente do TRT6

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife - PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavaro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédjá Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Acordo estabelece parceria entre tribunais

Protocolo de cooperação entre os tribunais do estado formalizou implementação do projeto Justiça Integrada, que atende Resolução do CNJ



Assinaram o documento os presidentes José Fernandes (TJPE), Luiz Alberto Gurgel (TRF5), Eneida Melo (TRT6), Roberto Ferreira Lins (TRE) e o procurador-chefe do MPT-PE, Fábio André de Farias

A presidente do TRT6, desembargadora Eneida Melo, recebeu, no dia 7 de maio, dirigentes do Poder Judiciário em Pernambuco e da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, para assinatura de um protocolo de cooperação visando à implementação do projeto Justiça Integrada, que atende à Resolução 28 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas metas são a eficiência operacional, o acesso à Justiça, a responsabilidade social e o alinhamento e a integração do Judiciário.

Firmaram o referido protocolo o presidente do TRF5, desembargador federal Luiz Alberto Gurgel; o presidente do TJPE, desembargador José Fernandes; o presidente do TRE, desembargador Roberto Ferreira Lins; o procurador-chefe da PRT6, Fábio André de Farias, e a presidente do TRT6,

desembargadora Eneida Melo. “As parcerias, que já eram estabelecidas, agora são firmadas”, comemorou a desembargadora anfitriã, Eneida Melo.

A parceria permitirá a efetivação de um sistema de administração judicial entre os órgãos que privilegie a integração e o compartilhamento de estruturas, recursos humanos, materiais,

equipamentos e ferramentas tecnológicas, bem como projetos e ações diversas, que possibilitem uma melhoria na prestação dos serviços judiciais. O acordo também busca otimizar as despesas, assim como garantir uma maior aproximação entre o Judiciário e os cidadãos. O presidente do TRF, desembargador Luiz Alberto Gurgel, ressaltou que o CNJ tem desempenhado importante papel na atual conjuntura do Judiciário. “Éramos ilhas isoladas e hoje somos arquipélago, estamos nos comunicando”. O compartilhamento das estruturas e serviços dos tribunais permitirá, por exemplo, que o cidadão possa, em qualquer unidade do Judiciário, dar entrada em ações, ou receber petições de outros tribunais. Além disso, as pessoas poderão ter acesso a informações ou certidões relacionadas a processos que tramitam em outra unidade da Justiça.



Dirigentes vão investir no compartilhamento das estruturas e serviços dos Tribunais

TRT da Sexta Região comemora 64

Já é tradição no TRT-PE a entrega das medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria mérito judiciário, e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho, categoria mérito funcional, concedidas a personalidades e instituições que contribuíram para o aprimoramento da Justiça em Pernambuco. Este ano o evento integrou o calendário de comemorações pelos 64 anos do Tribunal e aconteceu, como sempre, no dia 13 de maio. Na ocasião, também foi lembrado o centenário de morte do abolicionista Joaquim Nabuco, e exibida uma exposição de fotografias com o tema "O Mundo do Trabalho".

As condecorações são concedidas anualmente a personalidades e instituições que se destacaram em suas áreas de atuação



Desembargadores, magistrados do Regional Trabalhista Pernambucano e autoridades civis e militares compuseram a mesa

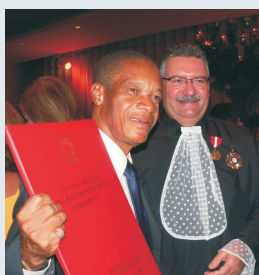
ou que prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho, assim como a servidores e magistrados, ativos e inativos, com longa e reconhecida trajetória funcional no Tribunal. A desembargadora presidente do TRT6 e o vice-presidente, André Genn,

fizeram a entrega das medalhas aos contemplados, à frente da mesa composta pelos desembargadores desta Corte, responsáveis pela escolha dos homenageados. Eneida Melo ressalta que a entrega das medalhas, instituída pelo TRT, em 1987, para

Mérito Funcional: Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho



Fotos: Stela Maris



Condecorados com a medalha do mérito funcional os servidores Lucinéa de Melo (E), Alda Antônio de Santana Alves e Carlindo de Calazans

Maria do Carmo Varejão Richlin

Alda Antônio de Santana Alves

Antônio Quintino dos Santos

Armanda Pereira de Melo Lins

Carlindo de Calazans

Carlos Roberto Soares da Silva

Clóvis Severino de Souza

Cristina Botelho Lira

Edileusa Barbosa de Freitas

Everaldo da Mota Barros

Francisco Fernandes Epitácio Pereira

Francisco Pereira da Silva

Iracema de Lima Xavier

Isolda Tavares de Andrade

Jailda Pereira Gomes

José Carlos dos Santos

José Geraldo Figueiredo

José Marcelo Guedes da Silva

Jurandira Belarmina de Lima

Lucinéa de Melo

Lúcio Vanderlei de Paiva

Luiz Antônio Santiago Araújo

64 anos e condecora personalidades

Foto: JB Produções



ousaram a mesa

marcar o centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, é uma homenagem à liberdade e à justiça, traduzida no reconhecimento a personalidades e instituições que desenvolvem ações voltadas à cidadania.

ro Chaves Filho

va	Luiz Carneiro da Silva
r	Márcia Falcão Arcoverde
ade	Maria Auxiliadora Moreira da Silva
	Maria da Conceição Neves
	Maria de Lourdes Aragão
o	Mozart de Oliveira França
la Silva	Osmarina Vieira de Carvalho Rocha
Lima	Valdecir José da Silva
	Valmir Lira dos Santos
ra	Walter Nício de Farias e Silva
Araújo	Yeda Ligia Barbalho Gonsalves

Mérito Judiciário: Medalha Conselheiro João Alfredo

Ana Lúcia Arraes de Alencar
Arthur Bruno Shwambach
Bruno Cavalcanti de Araújo
Edgar Moury Fernandes Sobrinho
Eduardo Henrique da Fonte
Fernando Antonio do Nascimento
Jandira Dantas Machado
José Fernandes de Lemos
José Lopes de Souza
Luiz Gonzaga Patriota
Marcos Antônio Ramos da Hora
Milton de Moura França
Raul Jean Louis Henry Júnior
Romeu da Fonte

INSTITUIÇÃO

Orquestra Criança Cidadã do Recife
Pastoral da Criança em Pernambuco

POST MORTEM

Alcides do Nascimento Lins
João Luís da Silva - Empresário
Paulo Roberto de Vasconcelos Maia



Fotos: Stela Maris



Agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário o Desembargador José Fernandes de Lemos e o comandante José Lopes de Souza



HISTÓRIA DO TRT6

Criado em 1º de maio de 1946, o Sexto Regional deu origem aos atuais Tribunais Regionais da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte e, ao longo de sua trajetória, tem contribuído para dirimir conflitos relativos à relação capital x trabalho. Instalado inicialmente no prédio do antigo JK, o TRT6 hoje tem sua sede no Cais do Apolo, onde atualmente funcionam, entre outros, os gabinetes dos Desembargadores, as secretarias do Pleno e das Turmas, a Coordenação Judiciária e a área administrativa. Além disso, o Tribunal tem 23 Varas do Trabalho na capital, as quais estão instaladas no antigo prédio da Sudene, e outras 38 Varas, localizadas na Região Metropolitana do Recife e no interior do estado.

TRT6 desenvolve ações para cumprir a Meta 6 do CNJ



Comissão permanente de responsabilidade socioambiental articula série de iniciativas

Considerando os aspectos ambiental e financeiro na gestão dos tribunais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu como meta prioritária para o ano de 2010 a redução, em pelo menos 2%, do consumo de energia, telefone, papel, água e combustível. A meta, a ser cumprida por magistrados, servidores, terceirizados e estagiários de tribunais de todo o país, tem como referência o ano de 2009 e integra o Plano de Metas traçado pelo CNJ para 2010.

No TRT6, a Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, em parceria com a Secretaria Administrativa (SA), com a Coordenação de Segurança, Transporte e Telefonia (CSTT) e com o Serviço de Manutenção (SEMA), está desenvolvendo uma série de iniciativas para incentivar os servidores e magistrados a cumprirem a Meta 6. Entre as medidas, destaca-se a adoção de um padrão de impressão - inclusive de sentenças e acórdãos - que utilize a frente e o verso do papel (sempre que possível). “Essa ação é importante porque reduz o gasto com papel em um momento em que

todos estão se empenhando para julgar mais processos”, diz Renatto Pinto, Presidente da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental. Outra medida em estudo é o monitoramento das redes elétrica e hidráulica das unidades deste Regional, com o objetivo de combater possíveis vazamentos e desperdícios.

No final de maio, a Presidência editou o Ato 280/2010, por meio do qual ficou estabelecido que aparelhos de ar-condicionado e monitores de computador devem ser desligados em caso de ausência prolongada dos usuários. Além disso, devem ser usados apenas entre as 7h30 e as 17h, exceto nos serviços de saúde e segurança. O ato estabelece ainda que os equipamentos de climatização devem ser ligados em temperatura média.

A ideia que norteia a fixação de metas a serem alcançadas pelo Judiciário nacional ao longo de cada ano é a de aperfeiçoar o atendimento jurisdicional aos cidadãos. Antes do estabelecimento da meta 6 pelo CNJ, o TRT6 já vinha empreendendo esforços para a redução do consumo. Um bom exemplo é a redução das despesas com telefone em mais de 20%.

VISTOS

Trabalho doméstico em debate

A Desembargadora Federal do TRT6 Nise Pedroso profereiu a palestra Aspectos Sociojurídicos do Empregado Doméstico, no dia 20 de maio, na Ministério Público Federal, que promoveu o mês de homenagem ao trabalhador

Remessa de autos mais rápida

No dia 14 de maio, o TRT6 e a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região celebraram convênio de cooperação para tornar mais ágeis notificações, intimações e remessas de autos à Procuradoria pelo Tribunal do Trabalho, com referência a processos em que sejam partes as autarquias e fundações públicas federais, bem como àqueles de competência da União, relacionados à cobrança de contribuições previdenciárias.

Metas do CNJ para 2010 e planejamento estratégico

Durante os dias 27 e 28 de maio, o TRT6 promoveu, no auditório da Sudene, um workshop sobre as metas do CNJ para 2010 e o planejamento estratégico do Regional. O evento foi voltado a magistrados e diretores de Varas do Trabalho e nele foram abordadas, entre outras questões, Estratégia e Gerenciamento por Processos e Apresentação dos Relatórios Gerenciais da 1ª Instância - Metas 1, 2 e 3 do CNJ.

Rubens Curado ressalta necessidade do planejamento estratégico para o Judiciário

A importância do planejamento estratégico para o sucesso de um plano de gestão, seja em empresas privadas ou na administração pública, foi o mote de abertura da palestra que o Juiz do Trabalho da 10ª Região e ex-secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Rubens Curado, proferiu no dia 28 de maio, na programação do workshop sobre as Metas Prioritárias do Judiciário para 2010, promovido pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT6. O magistrado lembrou que milhares de instituições públicas ao redor do Globo já trabalham com metas, apontando os ganhos alcançados com a adoção do Planejamento Nacional do Judiciário, em 2009. “Estamos evoluindo, passando por um processo de aprendizagem”, afirmou, citando experiências de planejamento na União Europeia e no FBI. “Os tribunais brasileiros possuem problemas específicos, mas também problemas comuns, por isso, a importância de uma metodologia para gerenciar e perseguir resultados”, afirmou.

Rubens Curado explicou o processo de elaboração das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – “na verdade, as metas não são do CNJ, mas do Judiciário”, disse -, falando sobre os 15 objetivos estratégicos e os oito temas estratégicos que serviram de



Juiz foi um dos palestrantes do workshop sobre as metas prioritárias do Judiciário

base à definição das 10 metas a serem perseguidas, de acordo com as projeções dos presidentes dos tribunais e demais órgãos do Judiciário brasileiro. Além das Metas Prioritárias, o CNJ também definiu as cinco ações estratégicas para

As metas dão um foco à nossa atuação, estabelecem uma política prioritária de ação.

2010, incluindo um plano de ação para os tribunais que ainda não cumpriram as Metas de Nivelamento de 2009 e a criação de um centro de capacitação de servidores. “Nós temos que buscar o equilíbrio entre os 15 objetivos. Não podemos investir em apenas um aspecto, por

exemplo, em uma justiça rápida, esquecendo a justiça cidadã”, afirmou.

O magistrado ressaltou que os objetivos nacionais do Judiciário para 2010 visam conferir uma unidade e um padrão na prestação de serviço à sociedade. “As metas dão um foco à nossa atuação, estabelecem uma política prioritária de ação. Se vamos alcançar as metas ou não é uma consequência da implantação dessa política”, explicou Rubens Curado. O magistrado destacou, ainda, que “tão importante quanto o alcance das metas é o aprendizado institucional delas decorrente”. Rubens Curado deu seguimento ao workshop com uma apresentação esclarecedora sobre as Metas Prioritárias deste ano e as estratégias de ação para alcançá-las.

Saúde mental é uma das metas do sextênio

“Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos”. Eis o lema do programa de saúde mental, desenvolvido por equipe de profissionais da Coordenação de Saúde e definido como uma das principais metas para o sextênio 2009-2015 do TRT6. Prevenir e reduzir transtornos mentais é o principal eixo do programa, constituído de ações voltadas para capacitar, motivar, sensibilizar, detectar níveis de estresse no trabalho, distinguir necessidade de desejo em relação à administração financeira, reeducar para o sentido de liderança e espírito de colaboração. As servidoras Michelle Rangel, Roberta Luna e Semírames Acioli são as responsáveis pelo planejamento e execução de todos os projetos estruturadores e educativos que digam respeito ao quesito saúde mental.

Para colocar em prática ações e treinamentos, a deliberação foi obter um panorama de como se desenvolvem as relações interpessoais e como isso define o desempenho dos servidores. A equipe decidiu, então, partir do conceito de “liderança situacional”, desenvolvido pelos teóricos Paul Hersey e Kenneth H. Blanchard, e aplicá-lo aos gestores das dez Varas Trabalhistas do projeto-piloto, conforme os critérios de rotatividade e feed-back: 1ª, 2ª, 7ª, 10ª, 11ª, 13ª, 18ª e 22ª do Recife, além das 2ª e 4ª de Jaboatão. O conceito é transmitido aos gestores e



Psicólogas do TRT6 Michelle Rangel e Roberta Luna e a servidora Semírames Acioli com o psicólogo Robert Dilts, durante curso

debatido a partir da exibição de filmes e trabalhos vivenciais. “Liderar conforme a maturidade do liderado”, sintetiza a psicóloga Roberta Luna, acrescentando que o trabalho foca tanto a integração dos servidores quanto o consequente bem-estar e diminuição do estresse.

Entre as ações desenvolvidas, o curso de colaboração gerativa, ministrado em diversas unidades do interior e da capital, busca justamente a integração e troca. “O todo é maior que a soma das partes”, eis o lema da colaboração gerativa, assentada em dois pilares: conhecimento/habilidades e

motivação psicológica. A colaboração gerativa vem sendo apresentada como substituta da colaboração básica, em que simplesmente cada um faz o seu, e da colaboração degenerativa, em que predominam rivalidade e acirramento de ânimos. Outra ação é o programa de gestão financeira e projeto de vida, tocado com palestras e atividades de sensibilização. Uma terceira ação é voltada para os oficiais de justiça: está sendo providenciada a compra e aplicação de testes e, ainda, sendo feita uma apostila para treinamentos sobre como gerenciar o estresse.



Servidores de Belo Jardim assistem à palestra sobre colaboração gerativa